

OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS CONTROLADORES INTERNOS MUNICIPAIS DO RECÔNCAVO BAIANO NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA LEI 14.133/2021

Priscila da Silva Borges¹; Pedro Henrique Amorim Fernandes²

¹Graduanda em Direito (UNIMAM), Controladora da Prefeitura de Governador Mangabeira, priscila442@hotmail.com; ²Pós-graduado em Licitações, Convênios e Contratos Administrativos (UNIMAM), Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIMAM), arq.jus@gmail.com.

A aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, em regra, deve ser precedida de um procedimento licitatório. Com efeito, licitação é um conjunto ordenado de procedimentos orientados por princípios legais e administrativos. A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, foi publicada em 1º de abril de 2021 e entrou em vigor a partir desta data. No entanto, a opção por sua utilização pode variar de dois a seis anos a partir de sua publicação, sendo este último prazo o previsto para os municípios com população inferior a 20 (vinte) mil habitantes estejam obrigados a seguir tais regras, períodos em que compartilha com as normas previstas na Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/1993), Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações – RDC (Lei nº 12.462/2011). Notavelmente, os Controladores Internos Municipais ainda precisam delinear os procedimentos necessários à sua aplicação. Neste contexto será que os municípios, possuem estrutura e treinamento adequado, para a necessária compreensão e aplicação do complexo diploma de licitações? O objetivo geral deste estudo reside em compreender as peculiaridades e desafios para a efetiva implantação do novel diploma de licitações nos procedimentos de contratações públicas. Destarte, os objetivos específicos são identificar as razões ou motivos pelas quais boa parte dos municípios ainda não regulamentaram as novas regras de contratação; mapear as principais dificuldades e limitações enfrentadas por controladores internos, na implantação da Lei 14.133/21, de municípios selecionados do Recôncavo Baiano. Para tanto, será realizada pesquisa exploratória e descritiva, realizado por meio de estudo bibliográfico e aplicação de questionários semiestruturados realizados com controladores municipais de Cruz das Almas, Muritiba e Conceição do Almeida. Logo, considerando que toda alteração legislativa de cunho procedimental merece atenção redobrada e o âmbito acadêmico, o campo de pesquisa de gestão pública pode contribuir tanto para a reflexão, como para sugerir alternativas, a partir da coleta de dados, como resultado, sugere-se destacar os principais desafios dos controladores internos diante do curto lapso temporal para adotar o novo regramento de contratações públicas.

Palavras-chave: Administração Pública. Licitação. Contrato. Legislação Atualizada.